

Resposta de Ulysses ao presidente é votar já mandato

Etevaldo Dias e
João Domingos

BRASÍLIA — A reação imediata da liderança do PMDB, em reunião promovida por Ulysses Guimarães, ao pronunciamento do presidente José Sarney, foi estabelecer uma estratégia para apressar ainda mais os trabalhos da Constituinte. O objetivo é firmar acordo com as lideranças de todos partidos para se estabelecer prazos de votação para cada título do projeto de Constituição, recurso usado com êxito no final da Comissão de Sistematização. Com isto o sistema de governo e o mandato dos presidentes da República deverão ser votados em 15 dias.

O presidente da Constituinte em várias oportunidades recusou-se a comentar o programa *Conversa ao Pé do Rádio* com ataques do presidente José Sarney à Constituinte. Assediado por um batalhão de repórteres de rádio e televisão, Ulysses se limitou a dizer: "Não posso me manifestar sobre um assunto sobre o qual não tenho conhecimento. Estive ontem à noite com o presidente Sarney, em minha casa, e ele não me disse nada". A resenha do noticiário diaramente distribuído pela Empresa Brasileira de Notícias, entretanto, habitualmente é entregue às 6h da manhã na casa de Ulysses Guimarães, e na edição de hoje transcreveu a conversa presidencial na íntegra.

"Não sei" — Terminada a reunião da Constituinte, por volta das 13 horas, o presidente Ulysses Guimarães foi ao gabinete enfrentando os repórteres interessados na sua reação ao pronunciamento do presidente Sarney. Em seu gabinete, Ulysses encontrou os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e os deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Fernando Lyra. O senador Fernando Henrique foi o primeiro a perguntar:

— Então, doutor Ulysses, o que achou do programa do presidente Sarney?

— O que ele disse? Não sei... — respondeu. Os presentes se entreolharam e Covas resumiu o conteúdo do programa, completando:

— Parece que o presidente quer recorrer ao Supremo contra a decisão dos quatro anos, se for aprovada.

— O Supremo não fará isto, fiquem tranquilos — respondeu Ulysses.

O senador Fernando Henrique brincou:

— É, doutor Ulysses, veja o que seu convidado de ontem à noite (referia-se à ida do presidente Sarney ao aniversário da mulher de Ulysses, dona Mora) andou aprontando.

— Eu não convidei — respondeu Ulysses —, ele foi porque quis. A tarde mandou um bilhete muito atencioso a Mora e acabou chegando mais cedo do que eu...

Confronto — Ulysses mudou de assunto, depois de um breve silêncio, falando da necessidade de apressar os trabalhos da Constituinte.

Nesta reunião ficou decidido que a liderança do PMDB se esforçaria para um acordo de liderança, no modelo do usado na Comissão de Sistematização, dando prazos para aprovação de cada capítulo. Com essa prática, os debates ficam mais curtos e se apressam os acordos entre os vários blocos da Constituinte. Ulysses acredita que votando logo a questão do mandato e do sistema de governo, esvaziará a resistência de Sarney às decisões da Constituinte. Um levantamento preliminar do senador Fernando Henrique, na tarde de ontem, apontou que líderes de todos partidos aceitarão a proposta do PMDB.

Nas entrevistas que concedeu, caminhando em direção ao seu gabinete, Ulysses Guimarães, sem admitir que tinha ouvido o pronunciamento de Sarney, respondeu uma a uma das críticas. Em relação à afirmação de Sarney de que uma minoria manda na Constituinte, disse:

— A Constituinte tem sido soberana. Os votos têm resultado de acordos e negociações entre todas as tendências, entre todos os partidos. A Constituição está sendo feita pela maioria absoluta, muitas vezes por acordo temos mais de 500 votos numa proposta.

— Mas o presidente também disse que está havendo um confronto entre a Constituinte e o Poder Executivo. O senhor confirma? — indagou um repórter.

— Não há confronto. Estamos trabalhando de manhã, tarde, de noite, de madrugada, estamos servindo o país com nosso trabalho. Não há confronto.



Leônidas com o alto comando: "Já que o mal é necessário, façamos o mal total"

Leônidas diz que eleição tumultua

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, declarou-se adepto dos processos democráticos: "Eleição é a coisa mais democrática que existe. Sou ferrenho defensor dela porque caracteriza a vontade do povo". Acha, entretanto, que nem sempre é hora de ir às urnas:

— Tomando como referencial os interesses do Brasil, julho da maior propriedade as eleições em 88. Nós precisamos mais que tudo é de estabilidade neste país. Cada eleição é um transtorno. O país pára. Estamos precisando de duas coisas no Brasil: suor na testa e muito trabalho.

Leônidas defendeu eleições gerais em 1988, se a Constituinte aprovar as diretas para presidente este ano. "Já que o mal é feito pela metade, façamos o mal total", brincou, explicando que assim se evitaria que o país parasse a cada pleito. "Ao invés de ter eleições em 89 e depois novamente em 90, façamos tudo de uma vez só", sugeriu o general.

O ministro do Exército disse que o presidente José Sarney, ao pedir à Constituinte sua certidão de posse, "talvez queira mostrar que ali está escrito que ele foi eleito para seis anos".

Leônidas aproveitou um intervalo da reunião de 19 generais do Alto Comando do Exército — realizada pela primeira vez em 14 anos fora de Brasília — para dar uma entrevista coletiva. Ressaltou que a mudança de local atendia a dois motivos: 1) um convite do Comando Militar do Leste para visitar o Centro de Tecnologia do Exército, Cetex, no Rio; e 2) a inauguração das obras de ampliação da Academia Militar de Agulhas Negras, em Resende, hoje.

Ameaças de golpe divulgadas pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e pelo ex-presidente João Figueiredo? "São idéias com as quais não concordo, mas dou a eles todo o direito de tê-las", disse Leônidas. Os cartazes com que a CUT denunciava os integrantes do *Centrao* como "traidores do povo"? "De péssimo gosto democrático. A troco de quê?" devolveu o ministro.

"O presidente pode entrar na Justiça para fazer valer seu mandato?", perguntou uma repórter.

"Isto é um problema do presidente. Se ele me pedir um conselho eu dou. Mas não digo qual é", respondeu.

Prova assinada por Ulysses

Villas-Bôas Corrêa

O presidente José Sarney requereu ao Congresso a certidão sobre a duração de seu mandato, registrado no termo de posse, para dispor de documento, assinado pelo presidente Ulysses Guimarães, atestando que, nos termos da Constituição em vigor, que é a de 69, o mandato presidencial é de seis anos, extinguindo-se a 15 de março de 1991. Portanto, com eleições presidenciais ano que vem, em 90.

Não está nas intenções do presidente, segundo um dos seus ministros, levar a definição do mandato para a esfera da Justiça. Por enquanto, até que se altere o quadro político, impondo a reformulação da estratégia de Sarney, a certidão terá o sentido de advertência, evidenciando que o presidente não esgotou os recursos de luta e dispõe de munição para tratar a decisiva batalha na Constituinte.

Se o presidente está inclinado a lançar mão de todas as armas na guerrilha parlamentar, a outra frente de luta, no STF, vem sendo cuidada por advogados da intimidade e confiança do Palácio do Planalto.

A tese para bater às portas do Supremo está montada, praticamente pronta, restando os retoques finais. Em resumo,

os advogados governistas pretendem sustentar que a legitimidade da Constituinte é definida pela mesma Constituição que fixa os seis anos de mandato para o presidente José Sarney.

Armando alternativas, o presidente escalonou prioridades. Começará pela Constituinte, que é o campo adequado para a decisão política. Na hipótese da derrota, o governo jogará as últimas fichas no recurso ao Supremo.

Indignado — Sarney atendeu a ponderações de amigos e assessores, abrاندando consideravelmente, horas antes da gravação, o texto lido no programa *Conversa ao pé do rádio* Depoimento de pessoas que tiveram acesso ao texto original, da redação do próprio punho do presidente, atestam que ele era muito mais veemente, atingindo violência inusitada na redação habitualmente serena de Sarney.

O presidente mostrava-se especialmente indignado com o tom de discursos pronunciados, da tribuna da Constituinte, por parlamentares esquerdistas, de ataques à sua honra, a seu governo e até a pessoas da família sem a apresentação de provas ou sequer a denúncia de fatos objetivos. No comportamento da minoria desatinada o presidente estaria identificando a tentativa orquestrada de desestabilizar o governo.

da ordem de mais de Cz\$ 4 bilhões, desde dezembro de 1986.

"A Previdência Social é patrimônio de todos os brasileiros. Daí porque entendo de questionar, em nome dos trabalhadores do JORNAL DO BRASIL, sobre a veracidade destes débitos, e, se verdadeiros, o quanto representam hoje, para que não parem dúvidas sobre o comportamento governamental e sobre a honestidade deste governo no trato da coisa pública", disse João Cunha.

N. R. — A notícia da existência do débito é falsa e malicioso o pedido de informação. Estão rigorosamente em dia as contas do JORNAL DO BRASIL com a Previdência Social.

Constituinte se articula contra golpe

"Sarney é a crise", decretou, há mais de um ano, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. "A crise viajou", conferiu o senador quando o presidente da República visitou o Peru no final do ano passado e o país atravessou quase uma semana sem sobresaltos. "Sexta-feira é dia de crise", observa, agora, o senador, no momento em que Sarney aproveita mais uma edição semanal do seu programa *Conversa ao Pé do Rádio* para criticar os políticos e a Constituinte.

"Não ouvi o pronunciamento do presidente e não posso, por isso, comentá-lo", escapou ontem o deputado Ulysses Guimarães depois de ter presidido mais uma sessão da Constituinte. Mais tarde, no recesso do seu gabinete, desculpou-se com um amigo: "Você sabe, pessoas que têm a responsabilidade que eu tenho devem atuar com moderação para não ampliar as coisas. Só uma vez ou outra é que temos de falar mais duro". As vésperas de se reunir com Sarney, Ulysses preferiu falar macio.

A renovada dureza do pronunciamento presidencial de ontem — acompanhada da entrevista do ministro do Exército — foi unanimemente interpretada dentro da Constituinte como uma prova a mais de que Sarney aposta na hipótese do endurecimento militar para salvar-lhe o mandato original de seis anos ou garantir-lhe o sonho dos cinco. "Há um golpe branco em marcha e quem o lidera é o próprio presidente", acusou o deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça do próprio Sarney. "Só não vejo quem não quer", completou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Na teoria do golpe branco, Sarney acionará o Supremo Tribunal Federal para que diga se a atual Constituinte tem poderes para encurtar-lhe o mandato original. Caso o Tribunal informe que não, estará criada a colisão entre o poder que ele representa e o poder representado pela Constituinte. "Nesse caso, não tenha dúvida que os militares assegurariam o respeito à decisão da Justiça", admite o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS e com amplas ligações no meio das Forças Armadas.

Ulysses diz não acreditar que Sarney bata às portas do Supremo Tribunal Federal para contestar uma possível decisão da Constituinte favorável ao mandato de quatro anos. Se o fizer, Ulysses diz achar pouco provável que o Tribunal desconheça o direito de a Constituinte reduzir ou até ampliar mandatos de quem quer que seja. "Se o Tribunal assim o entendesse, de que adiantaria termos nos reunido em assembleia todo esse tempo? Todo nosso trabalho de nada teria adiantado", argumenta.

Sarney reafirmou ontem para um amigo que não cogita de ir à Justiça contra qualquer decisão adotada pela Constituinte. De toda forma, a suspeita de que possa fazê-lo e a ofensiva que comanda contra os políticos em geral, produziram, nas últimas 72 horas, a ampliação das chances de aprovação do parlamentarismo com sua adoção imediata, tão logo a nova Constituição seja promulgada. "Parlamentarismo, já, é golpe", repete Saulo Ramos, consultor-geral da República.

A tese de Ramos não tem amparo jurídico. O parlamentarismo de imediato, que subtrairia de Sarney a maior parte dos seus atuais poderes, se insinua como antídoto à possibilidade de êxito do golpe branco que daria ao presidente seis anos de mandato. "Não vamos brigar com a Justiça, se ela entender que a Constituinte não pode mexer no mandato de Sarney", propõe o deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara. "Responderemos com a aprovação e a vigência imediata do parlamentarismo". O senador Passarinho concorda com a proposta de Freire.

O parlamentarismo, já contra o golpe dos seis anos começa a ser assimilado em áreas que sempre foram pouco permeáveis à idéia de alteração do atual regime de governo — especialmente o PT e o PDT. Os senadores José Richa (PMDB-PR) e Fernando Henrique Cardoso, e os deputados Fernando Lyra, Euclides Scalco (PMDB-PR) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), se reuniram ontem à tarde com Ulysses para lhe dar conta disso. "É, eu já estou sabendo", comentou o presidente do PMDB sem adiantar sua opinião a respeito.

Sem aviso

Sem avisar antes e sem ter sido convidado, o presidente José Sarney compareceu à festa de aniversário de dona Mora, mulher do deputado Ulysses Guimarães. Foi um gesto de cortesia de Sarney, que aproveitou a ocasião para conversar longamente com Ulysses mas que preferiu não avisá-lo sobre os termos do seu pronunciamento na *Conversa ao Pé do Rádio*. Sarney levou um susto quando ouviu às suas costas a voz do senador Fernando Henrique Cardoso, duro crítico do seu governo: "Como vai, Sarney?" Os dois se abraçaram. O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães não cumprimentou Sarney.

Com explicações

"O que é isso?" — indagou ontem de manhã o presidente José Sarney ao ler nos jornais a notícia de que requisitara uma certidão ao Congresso da sua e da eleição de Tancredo Neves para instruir um possível mandato de segurança em defesa do mandato de seis anos. As 14h, o competente Henrique Hargrives, assessor do Gabinete Civil da Presidência, forneceu ao deputado Ulysses Guimarães, pessoalmente, as explicações de Sarney sobre o episódio. A certidão foi requerida pela equipe que cuida do Palácio do Planalto das memórias do atual período presidencial.

Ricardo Noblat

Juristas prevêm derrota de Sarney

SÃO PAULO — O presidente José Sarney perderá a causa se recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra uma eventual decisão da Constituinte a favor dos quatro anos de mandato. A opinião é de dois dos maiores juristas de São Paulo, o liberal Gofredo da Silva Telles Jr. e o conservador Manoel Gonçalves Ferreira Filho, especialistas em Direito Constitucional e catedráticos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

"Estando em vigor uma Assembleia Constituinte", argumenta Telles Jr. "nenhum poder do Estado é maior do que ela". Com uma argumentação diferente de seu colega de faculdade, Ferreira Filho chega a conclusão parecida: "A emenda que convocou a Constituinte não estabeleceu limites materiais para sua atuação, ou seja, deu a ela todo poder. Nessa linha de raciocínio, o poder constituinte, derivado da Assembleia Constituinte, pode estabelecer o que quiser sem que a isso caiba contestação".

Poder — Telles Jr. argumenta que, estabelecido o princípio da soberania da Constituinte, nenhuma decisão de um poder constituído poderá se sobrepor a uma decisão do Poder Constituinte. "Ora, o poder Judiciário é um poder constituído, e constituído por uma força do poder Constituinte. Toda a competência do Poder Judiciário assim como a competência dos demais poderes do Estado são determinados e estabelecidos pelo Poder Constituinte. O órgão que detém o Poder Constituinte é a Assembleia Constituinte. Assim sendo, o que a Assembleia Constituinte resolver sobre a competência dos poderes do Estado estará resolvido definitivamente."

Ao contrário de Telles Jr., Ferreira Filho acredita que a Constituinte não é originária (poder absoluto), mas sim derivada (isto é, pode ter limites impostos pela Constituição em vigor, outorgada em 1969). Ele entende porém que a Constituinte foi convocada através de uma emenda que não lhe impôs limites materiais, ou seja, não estabeleceu as fronteiras do que ela poderia ou não legislar.

Em Recife, o jurista Pinto Ferreira diz que "o Supremo não tem competência para modificar uma decisão tomada pelo Congresso Constituinte e, caso o faça, poderá gerar um impasse político de consequências imprevisíveis".